



Caso Belo Monte, Brasil

Atualização de agosto de 2018

- **Belo Monte é a terceira maior usina hidrelétrica do mundo, construída em um dos ecossistemas mais importantes do planeta: a floresta amazônica.** A usina tem uma capacidade instalada de 11.233,1 MW e foi construída no rio Xingu, no estado do Pará, norte do Brasil.
- **Belo Monte causou e continuará causando mudanças dramáticas no rio Xingu e nas terras que o rodeiam.** Atualmente, a usina está em funcionamento, com as obras civis praticamente concluídas. Em 5 de maio de 2016 a usina foi inaugurada, desviando de seu curso 80% do rio Xingu através de um canal de 500 metros de largura e 75 quilômetros de comprimento. Entre o canal e o reservatório, 516 km² de terra foram inundados, uma área maior que a cidade de Chicago. Desta área, 400 km² eram de floresta nativa. Já estão em funcionamento 15 das 24 turbinas totais, com uma capacidade instalada de 5.733 MW
- **Belo Monte não tem um estudo de impacto ambiental adequado.** O estudo de impacto ambiental (EIA) não contém informações completas sobre os potenciais impactos do projeto ou sobre as medidas de mitigação a serem adotadas para garantir os direitos das comunidades ribeirinhas, indígenas e urbanas atingidas.
- **Houve violação ao direito à consulta e ao consentimento livre, prévio e informado das comunidades indígenas.** Ainda que o Governo brasileiro tenha realizado reuniões com algumas comunidades indígenas, não cumpriu as normas internacionais para a realização de consultas e para obter o consentimento livre, prévio e informado das comunidades atingidas. O governo não proporcionou interpretes, as reuniões utilizaram uma extensa linguagem técnica, e foram realizadas anteriormente a finalização do EIA, de forma que não foi informada a totalidade dos impactos do projeto.
- **O Hidrograma de Consenso, procedimento de revezamento de vazões artificiais de água que passam no trecho da Volta Grande do Rio Xingu que será implementado em 2019, levará à morte do rio e causará impactos irreversíveis.** Este hidrograma busca o “consenso” entre a produção de energia e a manutenção da vida do rio, por meio da alternância entre vazões de água anualmente. Mesmo na sua **maior vazão** (Hidrograma B, com vazão de 8.000 m³/s), o hidrograma **propõe um nível de água insuficiente para a manutenção das espécies aquáticas e da vida ribeirinha.** Na região da Volta Grande do Xingu existem ao menos 26 espécies endêmicas que estão ameaçadas, e em 2016, com um volume de água de 10.000 m³/s, maior que o melhor cenário do hidrograma de consenso, toneladas de peixes e cracajás foram encontrados mortos ou com ovas secas. Um estudo publicado na revista [Biological Conservation](#), e o [monitoramento independente dos indígenas comprovam que as espécies que só existem](#) nessa região correm o risco de extinção.
- **Apesar do descumprimento das condicionantes sociais e ambientais exigidas pela licença ambiental prévia e as medidas cautelares outorgadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), o Brasil construiu e segue com a operação de Belo Monte.** Entre julho e agosto de 2015 completaram-se a primeira e a segunda etapa do processo de represamento do rio. Isto consistiu em barramentos provisórios para avançar a construção. Foram abertas comportas hidráulicas do vertedouro da Usina complementar para redirecionar

as águas do Rio Xingu a seu leito original. Sem embargo, devido a movimentação na corrente do rio, ocorre o arraste de materiais argilosos e a erosão das margens do vão, que ocasionam o aumento da turbidez nas águas do rio Xingu à jusante das operações. O fluxo de águas turvas é percebido pelas comunidades, que a associam a problemas da qualidade da água, à saúde e à produção pesqueira.

Belo Monte: Um desastre ecológico e social

- **Belo Monte causou danos ao ecossistema da Amazônia.** Em termos práticos, a usina praticamente secou o rio Xingu entre as TIs Arara da Volta Grande e Paquiçamba, desviando até 80% da vazão hídrica para o reservatório de geração de energia, inundou ilhas e lagoas, matou toneladas de peixes, contribuiu para o desmatamento de terras indígenas protegidas, rompeu laços sociais e culturais, deslocou forçadamente milhares de pessoas, acabou com ofícios tradicionais. Grande parte da floresta foi destruída, causando impactos desastrosos a biodiversidade da região, produzindo a extinção de várias espécies de plantas e animais. Por exemplo, a terra indígena Cachoeira Seca, localizada na área diretamente afetada por Belo Monte, é considerada a mais desflorestada do país. Ademais, Belo Monte causou uma intensa diminuição dos níveis de água no trecho denominado Volta Grande do rio Xingu, bem como uma diminuição drástica do lençol freático, o que vem causando danos graves a floresta e a pesca em toda região. Em Altamira o efeito é inverso, e com a elevação do lençol freático aumentam os riscos de contaminação da água na cidade.
- **Belo Monte está contribuindo com as mudanças climáticas.** A vegetação em decomposição em áreas inundadas produzirá metano, um potente gás de efeito estufa vinculado as mudanças climáticas. Dessa maneira, o empreendimento vai de encontro com outros compromissos assumidos pelo Brasil para combater o efeito estufa, como, por exemplo, ter decidido, em 2009, reduzir as emissões de dióxido de carbono (CO₂) entre 36,1% e 38,9% até 2020.
- **Belo Monte conduziu ao deslocamento forçado de mais de 40.000 pessoas.** Na iminência do início da operação da hidrelétrica, o cronograma do reassentamento foi implementado de maneira muito acelerada. Até 2016, 9.923 famílias foram reassentadas, entre as quais ao menos 654 eram indígenas. No mesmo ano haviam 700 casos representados pela Defensoria Pública da União referentes a pedidos de reassentamento ou indenização de pessoas que tiveram que deixar suas moradias e que não tiveram seu direito de receber algum benefício reconhecidos pela empresa. Estas construções estão localizadas em periféricas da cidade, e não contam com um efetivo sistema de transporte público nem com serviços de saneamento básico, além de haverem diversos relatos de rachaduras e queda de partes das casas devido ao material de má qualidade utilizado na construção
- **Belo Monte aumentou a pobreza e os conflitos sociais, e sobrecarregou os sistemas de saúde, educação e segurança pública.** Em matéria de segurança, entre 2011 e 2014, o número de assassinatos dobrou em Altamira, enquanto que a população aumentou de 100.000 para cerca de 150.000 habitantes. Em 2017, a cidade foi classificada como a mais violenta do país. A migração desordenada aumentou a população em uma área que não dispunha de infraestrutura adequada, o que resultou em escolas superlotadas e inadequadas às necessidades de crianças menores, transporte público insuficiente, postos de saúde lotados, envolvimento de menores com atividades criminosas e reaparecimento de doenças como malária. Também piorou o conflito agrário já existente na região, se registrando mais invasões de terras indígenas.

- **Belo Monte agrava a propagação de doenças, afetando a saúde de milhares de pessoas.** Dados do Hospital Municipal São Rafael, o único municipal de Altamira, demonstram que em 2014 houve um aumento de 101, 24% na atenção de pessoas, em relação com 2009. Além disso, a percepção dos gestores públicos, profissionais de saúde e população é que a estrutura de saúde disponível em Altamira tem sido inadequada e que falta equipamento básico no hospital. As principais doenças são a dengue, malária, diarreia, ante a qual os mais vulneráveis são as crianças e os idosos. Ademais, são verificadas condições de desnutrição causada pelo consumo repentino e indiscriminado de produtos industrializados e da interrupção da agricultura, pesca e coleta de alimentos.
- **Belo Monte afetou o direito à moradia digna de milhares de famílias.** Foram registrados problemas estruturais nas casas construídas para os deslocados nos novos bairros, tais como infiltrações, falta de iluminação pública em algumas ruas, ausência de serviços públicos, tais como postos de saúde, escolas e saneamento básico. Alguns destes bairros foram considerados como não aptos para as comunidades indígenas e ribeirinhas por não terem acesso ao rio Xingu. Estes grupos estão perdendo sua terra, cultura e estilo de vida tradicionais, o que coloca em perigo sua própria existência como grupos diferenciados. Durante o processo de reassentamento, não foi garantida assistência jurídica gratuita e foram registrados casos em que lhes foram negados o direito a serem reassentados e de receberem justa compensação.
- **Belo Monte afetou a segurança alimentar e hidrológica assim como o acesso à água potável.** A redução do nível da água no rio Xingu mudou drasticamente as condições ecológicas da região, afetando os bosques e impactando a reprodução e a sobrevivência de peixes, dos quais as comunidades dependem. Ademais, as explosões, a enorme quantidade de terra que foi removida, e o afluxo de material de construção estão contaminando o rio. Os pescadores tradicionais estão obrigados a buscar novas áreas de pesca nas terras indígenas e áreas protegidas, o que agrava ainda mais os conflitos territoriais e coloca em risco a segurança daqueles que dependem da pesca. Em 2016, um membro da tribo Juruna morreu afogado enquanto buscava pescar em águas mais profundas, devido à falta de peixes.
- **Perda da forma de vida tradicional.** As comunidades indígenas afirmam que não conseguem mais sobreviver da pesca no Rio Xingu. De acordo com o monitoramento independente feito por pesquisadores locais da aldeia Muratu, com auxílio do Instituto Socioambiental (ISA) e da UFPA, até 2015, os peixes eram a principal fonte de proteína animal – mais de 50%. A partir de 2016, os indígenas passaram a consumir mais alimentos comprados na cidade, como frango de granja e enlatados. Em 2017, só 30% da proteína veio do peixe. Já os produtos industrializados passaram a representar 60% da sua alimentação. Com o acionamento de todas as turbinas e a implementação do [Hidrograma de Consenso](#) arrisca-se a perda completa da tradição da pesca. Com as diversas alterações no rio, mudaram-se os hábitos de higiene, de alimentação, de trabalho, de diversão e de socialização das comunidades.
- **Aumento do desmatamento.** A ilha Arapujá, único habitat conhecido dos *Plesiolebias altamira* e *Pituna xinguensis*, foi completamente desmatada no final de 2015. A TI Ituná/Itatá, saiu de uma taxa de desmatamento de 7,41ha em 2014 para 1.348,83ha.135 em 2017. Isso se traduz em 182 vezes mais área desmatada em um período de três anos. Relatórios comprovam que a construção da represa gerou a intensificação de extração ilegal de madeira e aumentou a insegurança territorial sobre terras indígenas e tribais, o que coloca em risco a própria sobrevivência desses povos.

- **Tráfico de pessoas e violência sexual.** Além de Altamira ter passado a ser uma das cidades mais violentas do Brasil de forma geral, houve um aumento significativo no tráfico de pessoas e na violência contra mulheres e crianças. O número de estupros em Altamira subiu 66% de 2010 a 2014. Mulheres maiores e menores de idade e transexuais foram submetidas a um regime de trabalho e exploração sexual forçada dentro da área declarada de interesse público para a construção do projeto Belo Monte. Mais de 30 pessoas foram libertadas dessa situação degradante até o momento. O problema da violência sexual atingiu também diversas comunidades indígenas, principalmente devido ao Plano Emergencial que possibilitou que os bens recebidos pelas aldeias fossem trocados por dinheiro, estimulando a procura por bebidas alcoólicas e serviços sexuais. Ademais, trabalhadores da obra têm entrado nas Terras Indígenas para se relacionar com índias, nesse sentido há relatos que uma indígena de etnia Kayapó da Terra Indígena Trincheira do Bacajá ficou grávida de um dos operários da obra e passou a ser rejeitada por sua aldeia. Há também relatos de trabalhadores que trocaram produtos industrializados nas aldeias por sexo e ouro.
- **Violência contra pessoas defensoras de direitos humanos.** Houve ameaças graves contra os líderes das comunidades, defensores e defensoras de direitos humanos e outros envolvidos no caso, incluindo um ato de espionagem contra o Movimento Xingu Vivo Para Sempre pela empresa construtora para transmitir informações a Agência Brasileira de Inteligência. Em 2013, centenas de agricultores, pescadores, indígenas e ribeirinhos ocuparam o local da barragem em oposição a sua construção. O Estado respondeu militarizando a área para garantir a segurança dos canteiros de obras, controlar os movimentos sociais e evitar mais atrasos na construção da barragem. Além disso, em maio de 2015, dois agricultores foram atropelados durante um protesto contra a construção da barragem, e, em 2016, o Secretário de Meio Ambiente de Altamira, responsável pela fiscalização ambiental e afetação da pesca, foi assassinado.
- **Belo Monte e a alta mortalidade de peixes.** A Norte Energia já foi multada pelo IBAMA em R\$ 35,3 milhões de reais pela morte de 16,2 toneladas de peixes, durante o período de enchimento do reservatório. Só entre fevereiro e março desse ano foi encontrada 1 tonelada de peixes mortos devido ao funcionamento das turbinas.

Financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social - BNDES

- O BNDES, ao financiar a construção da usina, concedendo a Norte Energia R\$ 25,4 bilhões (aproximadamente US\$10.16 bilhões), o maior investimento na história do Banco, é legalmente responsável pelos impactos sociais e ambientais de Belo Monte. O banco nega acesso aos valores já desembolsados, o que é garantido pela Lei de Acesso à Informação no Brasil. Em agosto de 2015, a Comissão para a Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, da Câmara dos Deputados autorizou uma auditoria dos contratos entre o BNDES e Norte Energia SA. A auditoria analisará se existem irregularidades na modificação das datas de entrega contratuais da usina e nas isenções de multas de aproximadamente R\$ 75 milhões (aproximadamente US\$ 30 milhões).

Ações legais contra Belo Monte

Ações legais internas

- Atualmente, mais de 60 processos questionam nos tribunais brasileiros as irregularidades da usina hidrelétrica de Belo Monte. Só o Ministério Público Federal do Pará já apresentou

27 Ações Cíveis Públicas, mas também há processos apresentadas pela Defensoria Pública do Estado de Pará, Defensoria Pública da União e por organizações da sociedade civil. A ação cível pública (processo nº 14.404) que questiona a legalidade do decreto pelo qual o Congresso autorizou usina sem ter consultado as comunidades afetadas se encontra pendente de decisão ante o Supremo Tribunal Federal desde 2012.

- **Brasil está manipulando o sistema judicial para legitimar um projeto de duvidosa legalidade.** Quando os tribunais locais decidem contra o projeto, o governo brasileiro tem exercido forte pressão sobre os juizes dos tribunais de apelação para reverter a ordem de suspensão das obras de Belo Monte, usando um instrumento processual que permite suspender, com argumentos estritamente políticos, decisões judiciais que podem causar "grave lesão à ordem econômica". Assim, o judiciário perdeu sua capacidade de garantir a legalidade do licenciamento e sucumbiu aos interesses do governo.

Ações internacionais

Não encontrando respostas para a proteção de seus direitos no ordenamento jurídico brasileiro, e na iminência da concessão da licença de instalação, em 2010, as vítimas apresentaram denúncia a organismos internacionais de proteção dos direitos humanos.

- **Comissão Interamericana de Direitos Humanos.** Em 2010 o Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), Justiça Global e a Associação Interamericana para a Defesa do Ambiente (AIDA) com o apoio de outras organizações brasileiras apresentaram uma solicitação de medida cautelar ante a CIDH para garantir a vida, a integridade e a saúde dos povos indígenas afetados por Belo Monte.
- **Em abril de 2011, a Comissão outorgou a medida cautelar 382-2010** e solicitou as autoridades do Brasil a suspensão do processo de licenciamento ambiental do projeto da usina hidrelétrica de Belo Monte e qualquer obra de construção até que o Brasil cumprisse várias condições.
- **Lamentavelmente, o Brasil adotou uma postura hostil e sem precedentes contra estas medidas, e contra a CIDH e a OEA (Organização dos Estados Americanos) com o objetivo de seguir adiante com a Usina Hidrelétrica Belo Monte.** Desgostoso com os esforços da Comissão para proteger a população local, o Brasil recorreu a "diplomacia" de mão pesada, tomando uma série de medidas para deslegitimar a Comissão e as suas ações neste caso, tais como a retirada de candidatura a comissionado da CIDH, e também de seu embaixador junto à OEA, além da retenção das quotas anuais de \$6 milhões à OEA. Mesmo durante as reuniões da OEA e da CIDH; Brasil ameaçou se retirar desse organismo e se recusou a participar da reunião de trabalho na Comissão sobre a medida cautelar de Belo Monte.
- **Brasil ignorou as medidas de proteção e rejeitou a Comissão por considerar sua decisão uma "ingerência" em assuntos internos.** Em 2011, a CIDH modificou as medidas cautelares, solicitando ao Estado: 1) Adotar medidas para proteger a vida, a saúde, e a integridade física dos membros das comunidades indígenas da bacia do Xingu que vivem em isolamento voluntário, e para proteger a integridade cultural dos mesmos; 2) Adotar medidas para proteger a saúde dos membros das comunidades indígenas da bacia do Xingu afetadas pelo projeto Belo Monte; e 3) Garantir que o processo ainda pendente de regularização das terras ancestrais dos povos indígenas da bacia do Xingu seja logo

finalizado, e adotar medidas efetivas para proteger essas terras da intrusão e ocupação de pessoas não indígenas, e da exploração ou deterioração de seus recursos naturais. Na mesma decisão, a CIDH determinou que o debate entre as partes sobre a consulta prévia se convertesse em uma discussão de mérito da questão, que transcende ao objeto das medidas cautelares.

- Em 2011 também foi apresentado ante a CIDH um caso contra Brasil alegando sua responsabilidade pela violação dos direitos humanos dos afetados pelo caso Belo Monte que inclui, entre outros, a falta de participação, consulta e consentimento prévio, livre e informado, a ausência de estudos de impacto ambiental adequados, os direitos a vida, a integridade e a saúde. O caso de Belo Monte foi aberto à tramite nos últimos dias de 2015, 4 anos após a sua apresentação. **Para dar mais celeridade ao processo, as etapas de admissibilidade e de mérito foram acumuladas pela da Comissão Interamericana, o que significa que se dará início à discussão e análise de mérito.** As organizações que representam as comunidades afetadas enviaram seus argumentos finais à Comissão em abril desse ano, e aguardam a resposta do Estado brasileiro.
- As razões finais apresentadas pela AIDA e por outras organizações são essenciais para que as comunidades afetadas consigam justiça no âmbito internacional. Essa petição comprova a remoção forçada de comunidades indígenas e ribeirinhos e a ausência de uma reparação adequada.
- Apesar de que a relação entre Brasil e a CIDH tenha melhorado o Estado ainda não cumpriu plena e efetivamente as medidas cautelares emitidas pela CIDH no caso Belo Monte.
- **Organização das Nações Unidas (ONU).** Além do Sistema Interamericano, as graves violações geradas pela construção da usina de Belo Monte foram apresentadas ante os distintos Relatores da ONU e ante a Organização Internacional do Trabalho. Em 2015 foram apresentados informes sobre os deslocamentos forçados dos moradores das áreas inundadas. Os povos indígenas afetados também apresentaram suas denúncias ante o Conselho dos Direitos Humanos da ONU.
- **Em dezembro de 2015, o Grupo de Trabalho (GT) sobre empresas e direitos humanos das Nações Unidas, publicou um relatório sobre sua visita ao Brasil, a qual incluiu uma visita a Altamira.** O relatório alertou sobre a falta de participação e consulta com as comunidades afetadas e a falta de devida diligência para prevenir danos aos direitos humanos por parte da empresa Norte Energia. Entre os impactos mais graves identificados desde o início do processo de implementação de Belo Monte, se incluem: despejos forçados devido à inundação e seca de parte do rio; aumento de doenças transmissíveis; ameaça à segurança alimentar e à moradia adequada; ameaça ao acesso à água; problemas relacionados com a explosão demográfica causada pela migração para uma área sem infraestrutura adequada; aumento da pressão sobre os recursos naturais; invasão de terras indígenas e perda de modos de vida tradicionais.
- **A Relatora Especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas das Nações Unidas visitou o Brasil em março de 2016.** No fim de sua missão, ela expressou preocupação sobre a gravidade da situação em Altamira, que em suas palavras "se reflete no caso de etnocídio apresentado em 2015 pelo Ministério Público Federal (MPF) em Altamira". A relatora da ONU salientou não foram implementadas medidas condicionantes estabelecidas e mitigadoras necessárias para a construção de Belo Monte, tais como: o fortalecimento da presença da FUNAI no local; regularização e plena proteção das terras indígenas Paquiçamba e Apyterewa; compensação pela perda de seus meios de subsistência; e criação de bases de fiscalização para proteger as

terras indígenas. Mais de dois anos após a visita da Relatora, não houve qualquer avanço por parte do governo brasileiro no cumprimento das recomendações feitas. Ao contrário, em agosto de 2018, o atual governo abandonou por tempo indeterminado a retirada de posseiros e garimpeiros das terras indígenas Apyterewa. Por sua vez, a Funai está passando por um processo de sucateamento e sua [extinção chegou a ser cogitada](#).